



CÂMARA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA ELABORAÇÃO
DA REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA E ELABORAÇÃO DA CARTA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL





ÍNDICE

CONSULTA PRÉVIA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA ELABORAÇÃO DA REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA E ELABORAÇÃO DA CARTA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL

PARTE I

Cláusulas Jurídicas

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a- Objeto

Cláusula 2.^a - Preço Base

Cláusula 3.^a- Contrato

Cláusula 4.^a- Prazo

CAPÍTULO II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.^a- Obrigações Principais do Prestador de Serviços

Cláusula 6.^a - Prestação de Serviços

Cláusula 7.^a-Conformidade e Operacionalidade dos Serviços

Cláusula 8.^a- Local da Prestação de Serviços do Contrato

Cláusula 9.^a-Forma de Prestação dos Serviços do Contrato

Cláusula 10.^a-Prazo da Prestação dos Serviços

Cláusula 11.^a-Receção e Aprovação de Cada Fase

Cláusula 12.^a-Garantia Técnica

Cláusula 13.^a-Garantia de Continuidade da Prestação de Serviços

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 14.^a-Serviços de Assessoria

Subsecção III

Dever de sigilo

Cláusula 15.^a-Objeto do Dever de Sigilo

Cláusula 16.^a-Prazo do Dever de Sigilo

Secção II

Obrigações da Câmara Municipal de Carregal do Sal

Cláusula 17.^a-Gestão do Contrato



Cláusula 18.^a- Preço Contratual

Cláusula 19.^a-Condições de Pagamento

CAPÍTULO III

Penalidades Contratuais e Resolução

Cláusula 20.^a- Penalidades contratuais

Cláusula 21.^a- Força Maior

Cláusula 22.^a- Resolução por Parte do Contraente Público

Cláusula 23.^a- Resolução por parte do Prestador de Serviços

CAPÍTULO IV

Seguros e Caução

Cláusula 24.^a- Caução

Cláusula 25.^a- Seguros

CAPÍTULO V

Resolução de Litígios

Cláusula 26.^a- Foro Competente

CAPÍTULO VI

Disposições Finais

Cláusula 27.^a- Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

Cláusula 28.^a- Comunicações e Notificações

Cláusula 29.^a-Contagem dos Prazos

Cláusula 30.^a-Regime Contraordenacional

Cláusula 31.^a-Prevalência

Cláusula 32.^a-Legislação Aplicável

PARTE II

Cláusulas técnicas

Cláusula 33.^a- Mapa de Quantidades

Cláusula 34.^a- Objetivos da Carta Educativa

Cláusula 35.^a-Prazo e Fases

Cláusula 36.^a-Objetivos da Carta Social

Cláusula 37.^a-Prazo e Fases

Cláusula 38.^a-Propriedade Intelectual e Direitos de Autor



CONSULTA PRÉVIA
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA ELABORAÇÃO
DA REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA E ELABORAÇÃO DA CARTA SOCIAL
DO MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL

PARTE I

Cláusulas Jurídicas

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para a elaboração da Revisão da Carta Educativa e Elaboração da Carta Social do Município de Carregal do Sal.

2 – As condições da prestação de serviços deverão ter em conta o preconizado nas cláusulas técnicas, que constituem a parte II do presente Caderno de Encargos, que discriminam os serviços a executar e a metodologia a adotar, nas diversas etapas ou fases do processo.

3 – O presente procedimento assume a classificação CPV, sendo que ao vocabulário principal corresponde o código 71621000-7- serviços técnicos de análise ou consultoria.

Cláusula 2.ª

Preço Base

O preço base, o montante máximo que esta entidade adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é de € 19 500,00 (dezanove mil e quinhentos euros), sem inclusão do IVA à taxa legal em vigor e teve na sua definição preços para prestações de serviços de natureza similar.

Cláusula 3.ª

Contrato

1 – O contrato será celebrado por escrito.

2 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

3 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

5 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato e



seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Prazo

O contrato mantém-se até à conclusão dos serviços ao contraente público, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações Principais do Prestador de Serviços

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestação dos serviços identificados na sua proposta, de acordo com as requisições externas emitidas;
- b) Obrigação de garantia dos serviços prestados;
- c) Obrigação de continuidade de prestação dos serviços, para efeitos nomeadamente de monitorização de qualidade.

2 – De acordo com o número precedente e cláusula 6.ª deste Caderno de Encargos, o prestador de serviços na realização das fases do contrato, fica obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização, necessários à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3 – O prestador de serviços obriga-se a garantir que os projetos a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente, as constantes dos regimes jurídicos, bem como toda a demais legislação aplicável, garantindo a conformidade com as exigências das entidades externas e o licenciamento junto das entidades se e quando exigível.

Cláusula 6.ª

Prestação de Serviços

Os serviços, objeto do contrato, comportam as fases descritas e devidamente pormenorizadas na parte II do Caderno de Encargos, quanto às suas características, especificações e requisitos técnicos previstos no mapa de quantidades.

Cláusula 7.ª

Conformidade e Operacionalidade dos Serviços

O prestador de serviços obriga-se a prestar ao Município de Carregal do Sal os serviços objeto do



contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II e no mapa de quantidades do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

Cláusula 8.ª

Local da Prestação de Serviços do Contrato

Os serviços objeto do contrato devem ser prestados nas instalações do contraente público e nas instalações do adjudicatário, incluindo deslocações e reuniões, sempre que necessário, a serviços da Administração central e na área territorial do Município.

Cláusula 9.ª

Forma de Prestação dos Serviços do Contrato

1 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com periodicidade quinzenal, reuniões de trabalho e coordenação com os representantes da entidade adjudicante, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2 – As reuniões previstas no número anterior terão como base uma ordem de trabalhos que será do conhecimento prévio dos intervenientes.

3 – O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar à entidade adjudicante, sempre que solicitado, toda a informação atinente à verificação e acompanhamento dos trabalhos e tarefas necessários ao cumprimento do contrato e qualquer documento que a entidade adjudicante considere pertinente no âmbito do normal acompanhamento dos trabalhos.

4 – Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 10.ª

Prazo da Prestação dos Serviços

O prazo para a prestação de serviços será devidamente discriminado na parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 11.ª

Receção e Aprovação de Cada Fase

1 – No prazo de 5 (cinco) dias a contar da entrega dos documentos referentes a cada fase de execução do contrato, a entidade adjudicante procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações, requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como os requisitos exigidos por lei.

2 – No decurso da análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e esclarecimentos necessários.

3 – Na sequência da conclusão da análise a que se refere o n.º 1 da presente cláusula e caso se conclua que os elementos entregues não estão conformes com as exigências legais ou caso existam discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.

Cláusula 12.ª

Garantia Técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Câmara Municipal de Carregal do Sal em execução do contrato, às exigências legais, obrigações



do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 13.ª

Garantia de Continuidade da Prestação de Serviços

O prestador fica obrigado a assegurar a continuidade da prestação de serviços, imprescindíveis ao desenvolvimento das fases do projeto.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 14.ª

Serviços de Assessoria

O prestador fica obrigado a prestar serviços de assessoria, nos termos do disposto neste Caderno de Encargos.

Subsecção III

Dever de sigilo

Cláusula 15.ª

Objeto do Dever de Sigilo

1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 16.ª

Prazo do Dever de Sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da Câmara Municipal de Carregal do Sal

Cláusula 17.ª

Gestão do Contrato

A entidade adjudicante designará um gestor do contrato que terá por incumbência, entre outras, assegurar as relações correntes entre a entidade adjudicante e ao prestador de serviços, no âmbito da execução do contrato.



Cláusula 18.ª

Preço Contratual

1 – Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Carregal do Sal deve pagar ao prestador o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O valor referido na cláusula 2.ª do presente Caderno de Encargos, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, como sejam, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 – O preço a que se refere o n.º 1, será apresentado pelo prestador, através da emissão de fatura.

4 – Não haverá lugar a revisão de preços, durante a vigência do contrato.

Cláusula 19.ª

Condições de Pagamento

1 – As quantias devidas pela Câmara Municipal nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas tendo em conta as disposições do artigo 299.º do C.C.P., no prazo nele estipulado ou noutro que venha a ser estabelecido no contrato.

2 – Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Carregal do Sal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária, cheque ou outro meio julgado adequado e conveniente.

CAPÍTULO III

Penalidades Contratuais e Resolução

Cláusula 20.ª

Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Carregal do Sal, pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, ou seja, pelo incumprimento do prazo de conclusão dos serviços superior a 1 (um) dia e por cada dia de atraso – 1% (um por cento) do valor do contrato.

2 – Se o incumprimento for devido à verificação de erros graves ou omissões, o quantitativo da indemnização não excederá o valor da fase ou das fases em que aqueles se produziram.

3 – Por qualquer outro incumprimento a indemnização não excederá o quantitativo correspondente a 15% (quinze por cento) dos honorários vincendos.

4 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 – Nas situações enquadráveis no número anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do CCP, deverá ser assegurado ao prestador de serviços o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento



Administrativo, relativamente à intenção de aplicação da sanção.

6 – A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 21.ª

Força Maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 22.ª

Resolução por Parte do Contraente Público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Câmara Municipal de Carregal do Sal pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes a cada fase do



contrato superior a 15 (quinze) dias ou perante declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excede esse prazo;

b) Pela verificação de erros graves, negligência ou omissões, imputáveis ao prestador de serviços.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas.

Cláusula 23.ª

Resolução por parte do Prestador de Serviços

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de noventa dias, ou o montante da dívida exceda 20% (vinte por cento) do preço contratual, excluindo juros;

b) Pela verificação da impossibilidade de cumprimento de alguma das cláusulas contratuais por parte da entidade adjudicante de que possa resultar grave prejuízo ou dano para os seus direitos e legítimas expectativas;

c) Se se verificar a suspensão da eficácia do contrato por período superior a 60 (sessenta) dias, por causa não imputável ao prestador de serviços;

d) Se, por facto que não lhe seja imputável, não se verificar a aprovação de qualquer fase contratada no prazo correspondente ao dobro do fixado para a verificação daquele ato;

2 – Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

Seguros e Caução

Cláusula 24.ª

Caução

Não é exigível a caução, sem embargo por parte do prestador de serviços do cumprimento rigoroso de todas as obrigações contratuais, assistindo ao Município a faculdade de retenção até 10% (dez por cento) do valor dos pagamentos, sempre que o considerar conveniente, bem como a aplicação das penalidades previstas na cláusula 20.ª deste Caderno de Encargos.

Cláusula 25.ª

Seguros

1 – É da responsabilidade do prestador a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos julgados adequados e convenientes, designadamente:

a) Responsabilidade civil, que cubra todos os danos e prejuízos causados durante a prestação de serviços;

b) Seguro de acidentes de trabalho de todo o pessoal afeto à prestação de serviços;



c) Outros que sejam necessários pela respetiva lei regulamentadora.

2 – A Câmara Municipal de Carregal do Sal pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador fornecê-la no prazo de dois dias.

CAPÍTULO V

Resolução de Litígios

Cláusula 26.ª

Foro Competente

1 – Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato, que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 dias, será decidido por recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

2 – É aplicável o disposto no Código de Processo dos Tribunais Administrativos e demais legislação em vigor.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais

Cláusula 27.ª

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

1 – A subcontratação pelo prestador e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da Câmara Municipal de Carregal do Sal, nos termos do artigo 316.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

2 – Para os efeitos previstos no número anterior, o prestador deverá apresentar requerimento fundamentado e juntar ao pedido toda a documentação do subcontratado/cessionário exigida no procedimento, bem como os documentos exigidos na adjudicação ao abrigo do disposto nos artigos 55.º e 81.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 28.ª

Comunicações e Notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 29.ª

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 30.ª

Regime Contraordenacional

Sem prejuízo das sanções constantes do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no artigo 456.º, contraordenações graves, as previstas no artigo 457.º e contraordenações simples as previstas no artigo 458.º do Código dos Contratos Públicos.



Cláusula 31.ª

Prevalência

1 – Fazem parte do contrato a celebrar, o presente Caderno de Encargos, o convite, a proposta do adjudicatário.

2 – Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e o convite e em último lugar a proposta do adjudicatário.

Cláusula 32.ª

Legislação Aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos.

PARTE II

Cláusulas técnicas

Cláusula 33.ª

Mapa de Quantidades

Código	Designação	Quantidade	Preço
	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA ELABORAÇÃO DA REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA E ELABORAÇÃO DA CARTA SOCIAL		
	Revisão da Carta Educativa do Município de Carregal do Sal		
1	Fase 1 – Preparação e Planeamento	1	
2	Fase 2 – Elaboração do Diagnóstico Estratégico e do Cenário prospetivo Sociodemográfico	1	
3	Fase 3 – Revisão da Carta Educativa	1	
4	Fase 4 – Monitorização da implementação da Carta Educativa	1	
	Carta Social do Município de Carregal do Sal		
5	Fase 1 – Preparação e Planeamento	1	
6	Fase 2 – Elaboração do Diagnóstico Estratégico e do Cenário prospetivo Sociodemográfico	1	
7	Fase 3 – Elaboração da Carta Social	1	



8	Fase 4 – Monitorização da implementação da Carta Social	1	

Cláusula 34.ª

Objetivos da Carta Educativa

Os objetivos da Carta Educativa, no âmbito da presente revisão, estão plasmados, nomeadamente, nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, sendo obrigação dos concorrentes apresentar a pormenorização e as metodologias a desenvolver, tendo, ainda, na devida conta as fases descritas na cláusula seguinte.

Cláusula 35.ª

Prazo e Fases

1 – O prazo para a elaboração e apresentação da Revisão da Carta Educativa será até 3 (três) meses, a contar da adjudicação, sem embargo do prazo referente à fase 4 (monitorização da implementação da Carta Educativa).

2 – Os concorrentes deverão apresentar as suas propostas em sintonia com os objetivos legais e as fases do procedimento indicando, para cada uma dessas fases, a respetiva calendarização, a afetação de recursos, o plano de pagamentos, honorários, entre outros aspetos considerados pertinentes.

3 – As fases do procedimento são as seguintes:

Fase 1 – Preparação e Planeamento.

Fase 2 – Elaboração do Diagnóstico Estratégico e do Cenário prospetivo Sociodemográfico.

Fase 3 – Revisão da Carta Educativa.

Fase 4 – Monitorização da implementação da Carta Educativa.

4 – Em obediência ao disposto nos números e na cláusula anterior, os concorrentes deverão fazer a pormenorização das ações e metodologias a desenvolver, com possibilidade de desdobramento das fases atrás descritas, sempre que entendam ser oportuno e necessário.

5 – O prazo de monitorização referente à fase 4 não poderá ser inferior a 6 (seis) meses.

Cláusula 36.ª

Objetivos da Carta Social

Os objetivos da Carta Social estão plasmados no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, sendo obrigação dos concorrentes apresentar a pormenorizar e as metodologias a desenvolver, tendo, ainda, na devida conta as fases descritas na cláusula seguinte.

Cláusula 37.ª

Prazo e Fases

1 – O prazo para a elaboração e apresentação da Carta Social será até 5 (cinco) meses a contar da adjudicação, sem embargo do prazo referente à fase 4 (monitorização da implementação da Carta Social).

2 – Os concorrentes deverão apresentar as suas propostas em sintonia com os objetivos legais e as fases do procedimento indicando, para cada uma dessas fases, a respetiva calendarização, a afetação de recursos, o plano de pagamentos, honorários, entre outros aspetos considerados pertinentes.

3 – As fases do procedimento são as seguintes:



Fase 1 – Preparação e Planeamento.

Fase 2 – Elaboração do Diagnóstico Estratégico e do Cenário Prospetivo Sociodemográfico.

Fase 3 – Elaboração da Carta Social.

Fase 4 – Monitorização da implementação da Carta Social.

4 – Em obediência ao disposto nos números e na cláusula anterior, os concorrentes deverão fazer a pormenorização das ações e metodologias a desenvolver, com possibilidade de desdobramento das fases atrás descritas, sempre que entendam ser oportuno e necessário.

5 – O prazo de monitorização referente à fase 4 não poderá ser inferior a 6 (seis) meses.

Cláusula 38.^a

Propriedade Intelectual e Direitos de Autor

Os resultados da atividade objeto da presente prestação de serviços considerar-se-ão, em todo o seu conteúdo, propriedade do Município de Carregal do Sal. Salva-se a possibilidade de a entidade adjudicatária utilizar dados ou conclusões do estudo referido para fins estritamente académicos ou científicos.

Os direitos de propriedade intelectual obtidos por cada uma das partes anteriormente ao início da prestação de serviços e que venham a ser nesta utilizados, permanecem propriedade dos seus titulares.

Se da execução da presente prestação de serviços resultarem produtos / processos ou sistemas inovadores, suscetíveis de proteção pela legislação sobre Propriedade Industrial e / ou sobre Direitos de Autor, a titularidade dos respetivos direitos pertencerá a ambas as entidades (adjudicatário e entidade adjudicante), em percentagens a acordar e que se baseiam na contribuição de cada uma para os mesmos, objeto de acordo prévio quanto à titularidade, tipo de proteção pretendida, âmbito geográfico, a forma de repartição dos custos decorrentes dessa proteção, bem como o modelo de exploração.

Carregal do Sal, 22 de novembro de 2022.

A Vice-Presidente,

Izabel Azevedo.

